

A EDUCAÇÃO NA PAUTA DE LUTAS DA FETRAF-SUL/CUT

Celso Francisco **Tondin** – Unochapecó

Agência Financiadora: Capes

Resumo

Trata-se de pesquisa documental que objetivou conhecer e analisar elementos da concepção de educação presentes na pauta de lutas da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul. Por meio da Análise Crítica do Discurso foram analisados os documentos do Projeto Terra Solidária e dos congressos da entidade. A concepção de formação é marcadamente sindical e classista e identificada com a ideologia socialista e se estende à educação escolar, o que se evidencia na defesa de que as escolas devem atuar no sentido de promover e preservar a cultura camponesa. O Projeto Terra Solidária contempla a articulação da educação e da formação para uma nova ação sindical e para a construção de um projeto de desenvolvimento alternativo ao do agronegócio, por isso a formulação de uma metodologia de educação de jovens e adultos que considera a realidade do meio rural, especificamente das famílias agricultoras. A educação não é um fim em si mesma, mas estratégica para a mudança do modelo de desenvolvimento rural, desenvolvimento político da entidade e para a conquista de políticas públicas, como as de educação do campo.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Educação do Campo. Processos educativos.

A EDUCAÇÃO NA PAUTA DE LUTAS DA FETRAF-SUL/CUT

INTRODUÇÃO

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul) é uma entidade sindical – orgânica à Central Única dos Trabalhadores (CUT) –, cuja atuação apresenta características de movimento social. Criada em 2001, congrega sindicatos regionais em mais de 288 municípios da região Sul do país, articulando-se nacionalmente junto à Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf) na organização política das demandas das famílias agricultoras. Suas bandeiras ideológicas são a agricultura familiar, a soberania alimentar e a construção de um “Projeto

Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário” (FETRAF-SUL/CUT; ESCOLA SINDICAL SUL; DESER, 2001, 2002).

A Fetraf-Sul/CUT é um dos movimentos sociais que pressiona o Estado com vistas à ampliação das políticas públicas para os/as agricultores/as familiares, entre elas as de educação. Os documentos produzidos pela entidade registram, em certa medida, esse processo de lutas e, por isso, constituem-se em fonte relevante de pesquisa. Nesse sentido, este artigo decorre de pesquisa documental que objetivou conhecer e analisar elementos da concepção de educação presentes na pauta de lutas da referida entidade e que compôs a tese de doutorado em Psicologia, área de concentração em Psicologia Social, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (XXX, 2013).

Os movimentos sociais do campo têm organizado os/as trabalhadores/as a fim de lutar contra a concentração da terra e a violência dela decorrente e em prol da reforma agrária e da permanência das famílias no meio rural. A luta pela terra, elemento central dos conflitos rurais, se articula com a luta por outros direitos sociais, como a educação, com base na ideia do respeito à diversidade e às realidades dos sujeitos do campo, como diversos autores têm elaborado (ARROYO, 2009; CALDART, 2003, 2008; FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 1998; KOLLING; CALDART, 2002; MOLINA, 2009; MUNARIM; 2008; SOUZA, 2010) e as políticas educacionais têm buscado garantir (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2002, 2008).

A importância e a relevância da reflexão aqui proposta ficam ainda mais evidentes neste momento em que os movimentos sociais promoveram, no dia 13 de março passado, atos políticos em diversos estados, em defesa da democracia, da Petrobras e da reforma política. Entre outros argumentos, os movimentos tratam sobre o investimento do pré-sal em educação, a fim de garantir 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para esta área, como prevê o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), no âmbito de que “Defender a Petrobras é defender um projeto de desenvolvimento do Brasil, com mais investimentos em saúde, educação, geração de empregos, investimentos em tecnologia e formação profissional”¹, como afirma a União Nacional dos Estudantes.

¹ Informação disponível em: <<http://www.une.org.br/2015/03/133-estudantes-em-defesa-da-petrobras-da-reforma-politica-e-do-pre-sal-para-educacao/>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa documental, realizada com base em fontes primárias (MARCONI; LAKATOS, 2006), quais sejam, documentos escritos da Fetraf-Sul/CUT, arquivados e de domínio privado (CELLARD, 2008), cujo acesso foi permitido ao pesquisador pela coordenação da entidade.

O *corpus* da pesquisa foi constituído de documentos que veiculam as demandas da entidade e que tratam, entre elas, aquelas relacionadas à educação e que se dirigem ao Estado, no sentido de manutenção e conquista de políticas públicas de educação. Assim, para efeito deste artigo foram analisados os documentos relativos ao: Projeto Terra Solidária, pois explicita a proposta político-pedagógica da entidade para a educação escolar e a formação profissional voltada à agricultura familiar; e aos congressos da Fetraf-Sul/CUT, pois trata-se da instância máxima de deliberação da sua pauta de reivindicação.

Os dados foram tratados a partir da Análise do Discurso, cujo objeto é o discurso enquanto um trabalho de produção de sentidos (ORLANDI, 2007) e que se expressa em diversos tipos de texto, entre eles os escritos. A perspectiva adotada foi a Análise Crítica do Discurso (FAIRCLOUGH, 2008, p. 276), cuja concepção envolve um interesse “[...] na prática social em várias instituições, no relacionamento da prática social com as relações de poder e nos projetos hegemônicos no nível social [...]”, na perspectiva de um método que possibilite a investigação de mudanças sociais, um aspecto caro às lutas dos movimentos sociais, como é o caso da entidade em questão.

RESULTADOS

Projeto Terra Solidária

O Projeto Terra Solidária (PTS) foi criado em 1999 pelo Fórum Sul dos Rurais da CUT (que antecedeu a Fetraf-Sul/CUT), em parceria com a Escola Sindical Sul e o Departamento e Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER), e executado até 2006 com recursos públicos, especificamente do Fundo de Amparo ao Trabalhador no âmbito do Plano Nacional de Formação Profissional, por meio de parceria com os governos federal

e dos três estados da região Sul. Tem os intentos de construir, a partir da realidade das famílias agricultoras e com a participação delas, uma “nova metodologia” de educação e formação profissional e debater sobre a necessidade de repensar o modelo de sindicalismo rural, estimulando o desenvolvimento sustentável solidário e agroecológico, a geração de trabalho e renda e a consolidação da agricultura familiar e suas formas organizativas (FETRAF-SUL/CUT; ESCOLA SINDICAL SUL; DESER, 2001, 2002).

A base legal do projeto é a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que prevê a criação de formas alternativas de acesso à educação básica, contemplando, por meio da educação de jovens e adultos, aqueles que não a completaram na idade própria e respeitando as características, interesses, condições de vida e de trabalho deles, o que inclui as peculiaridades do meio rural (BRASIL, 1996).

O PTS tem a duração de 900 horas, desenvolvidas em 18 meses, sendo composto por “curso básico” (atividades realizadas em físico comum a todos – “sala de aula”) e “oficinas pedagógicas” (atividades que envolvem famílias, comunidades, instituições e sociedade civil, com o objetivo de geração de emprego e renda na perspectiva do desenvolvimento sustentável e solidário). A certificação dos participantes se dá em nível de Ensino Fundamental com a terminalidade de “agente de desenvolvimento (FETRAF-SUL/CUT; ESCOLA SINDICAL SUL; DESER, 2001).

A proposta curricular é denominada de “currículo integrado”, pois envolve a formação fundamental e a qualificação profissional, que são integradas em um processo de ação-reflexão-ação de modo a articular as dimensões da prática social, do mundo do trabalho e do conhecimento acumulado pela humanidade. O eixo articulador do currículo é a “História do desenvolvimento agrário no Brasil e a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário” e a ação pedagógica se efetiva através da docência dos diferentes conhecimentos por um/a único/a educador/a, que deve buscar as relações que existem entre as diferentes áreas a fim de garantir a integralidade do conhecimento e potencializar o fazer político-pedagógico em busca da construção de uma práxis emancipatória (FETRAF-SUL/CUT; ESCOLA SINDICAL SUL; DESER, 2001).

Os princípios da Política Nacional de Formação da CUT orientam o PTS, sendo alguns deles: “classista e de massas” (a capacitação dos trabalhadores para a

organização e a ação sindical, fruto da consciência de classe); “indelegável” (a formação é uma política permanente da CUT e sua formulação, execução e sustentação financeira é de responsabilidade dela); “democrática, plural e unitária” (a formação deve estimular o debate entre as diversas correntes de opinião e buscar uma ação unificada e fortalecedora da “identidade do ser cutista”); “unificada e descentralizada” (a formação deve ser uma política unificada em termos de concepção, mas descentralizada no sentido de considerar as especificidades regionais); e “integralidade do ser humano” (o trabalhador é “um ser com múltiplas dimensões” e as práticas educativas devem considerá-las) (FETRAF-SUL/CUT; ESCOLA SINDICAL SUL; DESER, 2001, p. 19-20).

Os congressos da Fetraf-Sul/CUT

Os resultados destes congressos se configuram como programa de ação da entidade. Já ocorreram quatro edições: I Congresso (2001, em Chapecó - SC); II Congresso (2007, em Francisco Beltrão - PR); III Congresso (2010, em Erechim - RS); e IV Congresso (2013, em São Lourenço do Oeste - SC). Não há documento do I Congresso que sirva aos propósitos desta pesquisa e também não foi considerado o IV Congresso, pois no momento da pesquisa ele ainda não havia ocorrido.

Os dados estão organizados de modo a destacar os elementos da conjuntura do período anterior a cada congresso; o balanço referente às políticas públicas em geral e, especificamente, de educação do período entre um congresso e outro; as expectativas em relação ao período seguinte a cada congresso; e as ações no campo da educação e formação para o período seguinte a serem empreendidas pela entidade (pauta de lutas).

II Congresso - 2007

No documento analisado (FETRAF-SUL/CUT, 2007), a entidade reflete que a eleição do Presidente Lula (PT) em 2002 foi resultado de lutas históricas, em um processo no qual os movimentos sociais acumularam forças, primeiro derrubando a ditadura militar, depois reconquistando o direito ao voto e, em período mais recente, resistindo às políticas neoliberais, que privilegiaram o mercado e aprofundaram uma estrutura social marcada pela concentração de riquezas.

O primeiro mandato de Lula foi marcado por “uma visão híbrida”, pois combinou desenvolvimento social com uma política fiscal conservadora, ou seja, foi, ao mesmo tempo, de continuidade do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e de mudança, sendo que as mais significativas foram a política externa, a educacional, a de cultura e a social.

Em 2006, a reeleição de Lula foi “uma dura derrota da direita brasileira”, pois o candidato tucano, Geraldo Alckmin, previa o retorno de políticas neoliberais, mas foi “rejeitado pelo povo”. Em um cenário de novo mandato de Lula, a Fetraf-Sul/CUT avaliava que o país poderia retomar o desenvolvimento econômico e social visto que havia um conjunto de elementos macroeconômicos favoráveis, porém persistiam alguns problemas estruturais que eram entraves para o crescimento, como a dívida pública – que em 2005 consumiu mais recursos dos que os investidos nas políticas sociais.

A Fetraf-Sul/CUT entende que, no primeiro mandato de Lula, ocorreram avanços na disputa e na conquista de praticamente todas as áreas das políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar: políticas agrícolas, habitacional, Previdência Social, de saúde e de educação. Sobre esta última, a entidade atuava na execução de projetos próprios (“Terra Solidária”, “Consórcio Social da Juventude Rural - Sementes da Terra” e “Mulher”) e na discussão de políticas públicas de Educação do Campo, pois estas constituem elemento central para mudar a lógica vigente de desenvolvimento do meio rural, o que contribuiu para a permanência das famílias agricultoras no campo, pela geração de trabalho e renda.

A expectativa da entidade para o novo mandato era de que não aconteceriam grandes mudanças, dado o percentual de mais de 60% de votos obtidos por Lula; pela correlação de forças na sociedade, no Congresso Nacional e nos governos estaduais que, mesmo sendo mais favorável, não suportava mudanças mais radicais; pela composição de governo na qual o PT perdeu espaço para o PMDB, um “partido de centro-direita”; e pelo próprio modo de fazer política do presidente, avaliado pela entidade como mais afeito a conciliações do que a rupturas. Contudo, a entidade avaliava que o processo eleitoral provocou um debate político e ideológico que criara condições para avanços nas áreas sociais e mudanças na política econômica do governo, no sentido de adotar uma postura “menos monetarista” e “mais desenvolvimentista”, especialmente pelo

então recém anunciado Programa de Aceleração do Crescimento, cuja meta era o crescimento do PIB.

A Fetraf-Sul/CUT apresentava um conjunto de medidas para avançar nas “mudanças estruturais”, entre elas: aumento dos investimentos nas políticas sociais, a fim de “aprofundar a inclusão social” e “diminuir a pobreza”; e aprofundamento dos canais de participação popular na definição das políticas públicas. Diante desse cenário, os movimentos sociais precisariam assumir uma postura não “do contra”, mas propositiva, num “patamar superior de disputa”, pois o contexto político oportunizava o avanço na implementação de um conjunto de políticas públicas, entre elas a de educação, de mudança do “atual padrão hegemônico de desenvolvimento rural”.

As ações da entidade para o período de 2007 a 2010 incluía o PTS, que já não recebia recursos públicos, como expressão do conceito “educação/formação” da Fetraf-Sul/CUT (2007, p. 102), pois “[...] visa à formação integral de agricultores e de agricultoras familiares, conjugando a certificação em ensino fundamental, a qualificação profissional, a formação sindical e a formação para a cidadania.”

A entidade previa que a formação das mulheres agricultoras para a ação sindical e para a atuação no campo das políticas públicas passaria a ser uma prioridade, além da retomada da “formação político-sindical” de dirigentes e lideranças dos sindicatos congregados na entidade, bem como a formação para o planejamento e gestão das propriedades e da produção dos/as agricultores/as familiares, a partir de “negócios agroecológicos” e da “economia solidária”.

O documento descreve ainda: formação na temática ambiental, formação para a atuação no controle social das políticas de saúde e na formulação de políticas desta área voltadas à população do campo, celebração de convênios com escolas agrotécnicas para “avançar no ensino médio profissionalizante”, “participação incisiva” na construção da “Universidade Federal da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul”, realização de parcerias com instituições de ensino superior para desenvolver cursos de pós-graduação *lato sensu*, intervenção em espaços públicos de discussão para proposição e disputa de políticas públicas de Educação do Campo, construção de um instituto de formação da Fetraf-Sul/CUT voltado à educação e à qualificação profissional da agricultura familiar.

III Congresso - 2010

O documento analisado (FETRAF-SUL/CUT, 2010) aponta que, de 2007 a 2009, houve uma “conjuntura desfavorável”, sem explicitar um fato que se faz necessário mencionar: o Ministério Público Federal, Procuradoria da República em Chapecó, moveu denúncia contra a entidade por suposto mau uso de recursos públicos. Nunca houve uma decisão judicial sobre o assunto.

Nessa mesma época, instala-se a “CPI das ONGs” (Organizações Não Governamentais) no Senado Federal. No dia 15 de março de 2007, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR), então segundo vice-presidente do Senado, leu o requerimento de criação da CPI para investigar os repasses de dinheiro público feitos pelo governo federal para ONGs. A CPI veio a ser instalada no dia 3 de outubro do mesmo ano e durou até 1º de novembro de 2010. Por outro lado, o governo federal, a partir das denúncias, investiu no aprimoramento dos mecanismos de controle do uso do dinheiro público pelas ONGs, resultando na aprovação do “Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil”.

A Fetraf-Sul/CUT afirma representar o “novo sindicalismo” e enfrentar o “velho sindicalismo” e as “lideranças tradicionais” que sempre se utilizaram da organização sindical como “território de domínio pessoal e de poder político” a serviço dos “interesses do latifúndio”, “do capital” e das “oligarquias regionais”. Avalia que, decorrente posicionamento, ascendeu enquanto movimento, conquistando muitos sindicatos e novas famílias associadas e qualificando a prática político-sindical, o que provocou ataques dos adversários. Os “velhos sindicalistas” reagiram à possibilidade de que sua base de representação fosse corroída, recorrendo à Justiça, fazendo denúncias, atacando sistematicamente “sem ética”, “seduzindo” pessoas que poderiam ser “úteis” ao “roubo” e à “traição”. As ações dos adversários e a exposição negativa da entidade na mídia lhes trouxeram transtornos de ordem política e financeira.

Projetos nacionais e alguns internacionais que estavam sendo executados pela entidade sofreram grandes cortes, o que fragilizou a sua ação política. Dessa maneira, os projetos Terra Solidária, Consórcio da Juventude e Mulher foram paralisados ou

encerrados em 2006, diminuindo ou até acabando a presença da Fetraf-Sul/CUT em muitas cidades. Mesma situação foi vivida por outras ONGs e movimentos sociais.

Além disto, são referidas duas crises mundiais (uma de alimentos e outra econômica) que impactaram a agricultura familiar, causando instabilidades às famílias. Porém, em relação ao reconhecimento legal de seus sindicatos a entidade via avanços políticos e jurídicos, pois ocorreu o reconhecimento e a distinção da “categoria agricultura familiar”, embora pudesse ter “avançado mais”.

A análise conjuntural é concluída com a ponderação de que, apesar da “forte crise”, a Fetraf-Sul/CUT continuou “propositiva”, mobilizando a sua “base” em momentos importantes, como no ano de 2008 quando aconteceram estiagens e perdas agrícolas, e participando do debate nacional sobre a qualificação de políticas públicas, embora faltassem estrutura e lideranças para a atuação política.

A entidade reconhece a importância de “conquistas” como o crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, seguro agrícola, habitação rural, negociações devido às estiagens, comercialização, preços e outras políticas. Considera o crédito como uma “grande conquista” e um “forte atrativo” para as famílias agricultoras, mas afirma que sozinho ele não resolve a situação da agricultura, ao contrário, pode causar endividamento dado que o “sistema convencional predominante” gera “dependência e riscos”.

Além disso, outras “conquistas importantes” foram alcançadas no campo das políticas públicas: Programa Mais Alimentos, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar. Os dois últimos são referidos como “frutos de reivindicações e proposições dos movimentos sociais”. Por outro lado, a burocracia estatal e a pouca colaboração de muitas prefeituras são apontados como dificultadores na execução de políticas, como o PAA e o Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária, tornando-as poucos acessíveis e não gerando impactos na vida das famílias.

O documento analisa também, que a política de crédito fundiário não conseguiu garantir o acesso à terra, por ela ser muito cara, o que dificultou que milhares de agricultores comprassem uma propriedade em suas próprias regiões. Os jovens são os mais prejudicados, pois formam a maioria dos que postulam o crédito.

Outros aspectos do balanço acerca das políticas públicas citados são: a política habitacional para o meio rural e a presença da Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares em muitas comunidades; o debate em torno da legislação ambiental que não avançara na discussão da transição agroecológica; a criação, em 2009, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), que teve participação da Fetraf-Sul/CUT na liderança do movimento que a conquistou; a assinatura da Lei nº 11.326/2006, que trata da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, que obriga a compra de pelo menos 30% da alimentação escolar da agricultura familiar; a aprovação da Lei nº 12.188/2010, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária. Conclui afirmando que a agricultura familiar, comparado aos governos anteriores, conquistou grandes avanços nos governos do presidente Lula, alcançando “reconhecimento público e governamental”, porém, afirma que a maioria dos recursos ainda continuava sendo alocada no agronegócio.

No que tange às expectativas em relação período, 2010 a 2013, o documento enfoca o envelhecimento do quadro social dos sindicatos e afirma que não tem havido solução para o êxodo rural, que atinge a juventude e em alguns casos os aposentados, que vão “ao encontro de seus familiares que já estão nas cidades”. Diante disso, a Fetraf-Sul/CUT pergunta o que é necessário fazer para “assegurar a família no campo”. Considera essa “uma questão de fundo” para o futuro dos sindicatos que integram a entidade e uma realidade que deve ser tratada com “urgência e relevância”. Por isso, o “tema da sucessão de propriedades e o acesso à terra” precisam ser assumidos como estratégicos, visando a permanência especialmente dos “jovens rurais” em seu meio social.

Este tema se relaciona com o acesso à comunicação (por isso a entidade reivindica um “amplo programa de inclusão digital”) e com o investimento no setor produtivo (por isso reivindica crédito e um modelo ecológico de desenvolvimento). Esses seriam estímulos aos jovens para permanecerem no meio rural, concebendo a agricultura familiar a partir do eixo central da “diversidade produtiva”. A Fetraf-Sul/CUT pondera, porém, que o mercado e as grandes empresas ainda pautam a organização da produção, o que leva os movimentos sociais e as cooperativas a eles

associados a não avançarem no enfrentamento ao modelo de desenvolvimento econômico e produtivo hegemônico.

As ações da entidade no campo da educação e formação para o período seguinte (2010 a 2013) são organizadas em reivindicações referentes à:

a) assistência técnica: luta pela constituição de uma política nacional “permanente e consistente” que considere a agricultura familiar como “condição estratégica” para o desenvolvimento sustentável, solidário e democrático, que se efetive por meio de instrumentos de estímulo, de fomento, de regulação e de proteção, ou seja, o Estado deve garantir “[...] um conjunto articulado de políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar, que garantam renda, cidadania, dignidade e qualidade de vida, com destaque particular para a juventude e para as mulheres.” (FETRAF-SUL/CUT, 2010, p. 20). Isto é, as políticas públicas devem garantir o “respeito às diversidades regionais” e “a superação das profundas desigualdades regionais e sociais”, por meio da articulação interinstitucional e intersetorial e a abordagem territorial, de modo a contribuir efetivamente para a construção de “um novo modelo de desenvolvimento” para o meio rural.

Dentre as diversas políticas públicas, é estratégico a implementação de “nova” política de assistência técnica e de extensão rural que articule o poder público e as organizações sociais, respeitando-se “a pluralidade e as diversidades sociais, étnicas, culturais e ambientais”. Esta política deve servir de estímulo ao associativismo e ao cooperativismo como forma de organização socioeconômica, oferecendo condições para a produção agroecológica e para a geração de renda na agricultura familiar.

b) educação e capacitação profissional: elas são “políticas estratégicas”, fundamentos da transformação social e na vida das famílias agricultoras, que lutam pela “valorização de sua identidade” e por um “novo projeto de desenvolvimento”. A proposta central de educação da entidade dirigida ao Estado é repetida do II Congresso, ou seja, a educação novamente é associada ao projeto de desenvolvimento, porém dessa vez se explicita também como elemento de construção da cidadania.

A entidade reitera o dever do Estado de garantir educação de qualidade e entende que as suas experiências na elaboração e na implementação de uma educação

que contemple a realidade da população rural e da agricultura familiar, como é o caso do Projeto Terra Solidária, sejam assimiladas pelo Estado como política pública.

A entidade defende que a UFFS potencialize a formação da juventude da agricultura familiar e de outros agentes sociais a partir da visão do projeto agroecológico, reivindicando prioridade de vagas para esta juventude. E no caso das escolas agrotécnicas, propõe um acompanhamento mais sistemático do processo educativo desenvolvido por elas, a fim de que seu projeto pedagógico atue no sentido dos alunos se tornarem efetivamente “agentes de desenvolvimento da agricultura familiar” tanto como produtores quanto como técnicos agrícolas responsáveis por programas de assistência técnica e extensão rural. Da mesma forma, no ensino fundamental e médio, a entidade se propõe a lutar para que o fortalecimento da agricultura familiar esteja presente nos conteúdos.

A Federação defende ainda, associado ao programa de Assistência Técnica, a implementação de “processo massivo e continuado de formação técnico-profissional de agricultores/as familiares”, com “especial prioridade” para a juventude. Para tal, prevê a criação do Instituto de Formação Terra Solidária a partir da “disputa de recursos” do FAT e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e também a criação de um Sistema próprio de Aprendizagem da Agricultura Familiar.

DISCUSSÃO

É transversal a todos os documentos da Fetraf-Sul/CUT que a educação/formação é uma das estratégias para uma “nova sociedade”. A concepção de formação da entidade é marcadamente sindical e classista e identificada com a ideologia socialista. Assim, realiza programas e ações formativas que buscam dar visibilidade e manter a identidade do “ser agricultor/a familiar” e “ser cutista”, capacitando seus associados e lideranças para a ação política e sindical com base nos princípios da Política Nacional de Formação da CUT, cuja máxima da “unidade na diversidade” representa que sua ação global se articula com as peculiaridades regionais.

Esta concepção se estende à educação escolar, o que se evidencia na defesa de que as escolas devem atuar no sentido de promover e preservar a cultura camponesa, contribuindo para a reversão da tendência do esvaziamento e apagamento dela. A visão

classista da entidade pressupõe que a educação é instrumento de transformação social, por isso, não basta a educação promovida pela escola, é necessário também investimento na educação da população em seu conjunto visando à unificação de todos os segmentos de trabalhadores/as em prol de uma outra realidade.

Nessa direção, o Projeto Terra Solidária contempla a necessária articulação da educação e da formação para uma nova ação sindical e para a construção de um projeto de desenvolvimento alternativo ao do agronegócio, o que exige a correlata formulação de uma metodologia de educação de jovens e adultos que considere a realidade do meio rural, especificamente das famílias agricultoras. Assim, o PTS se propõe a ser não apenas uma metodologia de educação para as famílias agricultoras, mas para meio rural, pois agrega à concepção de educação/formação a concepção de um projeto de sociedade e de desenvolvimento: sustentável e solidário, de base agroecológica e com enfoque territorial. A certificação dos/as participantes deste projeto em “agente de desenvolvimento” expressa, nesse sentido, uma preocupação para além da burocracia e de um ensino descomprometido com a situação de exclusão histórica em que vivem os/as agricultores/as familiares.

O PTS se pauta na ideia da integralidade da pessoa, que possibilita pensar os/as educandos/as como sujeitos constituídos por múltiplas dimensões, cuja totalidade exige um processo educativo que contemple aspectos técnicos e subjetivos. Portanto, o/a agricultor/a familiar traz para o espaço formativo “[...] a sua totalidade de ser, síntese daquilo que foi sendo ao longo da vida.” (FREIRE, 1980, p. 113-114). Existe assim, a intencionalidade de romper com as dicotomias entre teoria e prática, saber popular e saber científico, ensino técnico e formação geral, educação e política, pois a educação não é considerada pela Fetraf-Sul/CUT como um fim em si mesma, mas é estratégica para a mudança do modelo de desenvolvimento rural, à medida em que a educação não é somente um meio para manutenção das famílias agricultoras no campo por meio de maior autonomia socioeconômica, mas também para o desenvolvimento político da entidade e para a conquista de políticas públicas, em geral, e específicas de educação para o campo.

No campo das políticas públicas de educação, a pauta de lutas da Fetraf-Sul/CUT fica cada vez mais clara com o desenrolar da história expressa nos documentos do PTS e dos congressos. Por conta da experiência da entidade com projetos de

educação/formação e, diante da histórica omissão do Estado brasileiro no que tange à proposição de políticas específicas para a Educação do Campo, da insuficiente proposição dos governos, inclusive do Presidente Lula, e da abertura a partir deste governo para receber a participação dos movimentos sociais, já em seu II Congresso, em 2007, a entidade se mostra habilitada para contribuir com a construção de uma educação voltada às necessidades das famílias agricultoras. Isso é feito à medida que, por um lado, critica o modelo da “escola rural” por seu atrelamento à lógica da escola urbana e pelo compromisso com o projeto de desenvolvimento capitalista e, por outro, propõe a Educação do Campo, cujo projeto político-pedagógico valoriza a cultura camponesa e fortalece um projeto transformador, nos termos de reflexões e proposições que também são realizadas por diversos/as autores/as, tais como: Fernandes, Cerioli e Caldart (1998), Kolling, Cerioli e Caldart (2002), Santos (2006), Arroyo (2009), Munarim (2008), Guhur e Silva (2009) e Molina (2009).

Constata-se, também, que a entidade defende uma determinada concepção de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), que atenda de fato às necessidades das famílias agricultoras. Fica evidente também a ideia de que é necessário que haja uma estrutura que consiga implementar esta concepção de ATER e que se trabalhe de forma conjunta com os sindicatos das famílias agricultoras.

Percebe-se que a ideia de manutenção das famílias agricultoras no meio rural e da sua identidade, além de contribuir para a construção de um determinado projeto político de sociedade e de desenvolvimento, é uma maneira de manter e fortalecer a entidade. Isso fica mais evidenciado no III Congresso, em 2010, quando a pauta de lutas expressa a estratégia política da entidade de evidenciar a agricultura familiar como identidade a fim de que ela venha a ser cada vez mais reconhecida como ator político.

A luta da Fetraf-Sul/CUT pela educação inclui a preocupação com a formação das mulheres e da juventude, cujas finalidades, como é recorrente nos documentos da entidade, são a produção econômica com base em um novo projeto de desenvolvimento e a preparação para a militância sindical e política. Isso deixa clara a opinião da entidade de que a realidade rural não é suficientemente atendida, mesmo com os avanços ocorridos a partir do governo Lula. A entidade afirma que as políticas públicas são de importância fundamental para a continuidade da vida rural no que tange às famílias agricultoras, porque o caráter excludente da organização social e econômica

atinge os setores mais vulneráveis, que têm sido expulsos do campo, como é o caso destas famílias. O êxodo, por isso, é mais uma falta de alternativa do que uma alternativa, ou seja, ao contrário dos grandes produtores que somente saem do meio rural se quiserem, os agricultores familiares são obrigados a saírem quando não há mais possibilidade de reprodução econômica. O êxodo acaba por impedir a reprodução social e cultural destas famílias e comunidades.

Além da dimensão econômica, a Fetraf-Sul/CUT pontua a existência de outras dimensões da vida das famílias agricultoras. Por isso, reivindica que as políticas públicas devem considerar não apenas a dimensão da produção econômica e pressiona para que o Estado atente para o atendimento de outras dimensões: cultural, de relações comunitárias, da história etc., ou seja, da produção e da reprodução da vida simbólica destas famílias. Entendemos que a entidade tem empreendido um movimento de participação dos/as agricultores/as familiares na discussão e luta por políticas públicas, mas ela ainda se dedica mais, mesmo no âmbito das políticas públicas, às questões produtivas, talvez por serem as mais imediatas, perceptíveis e mobilizadoras das famílias. Porém, a entidade reconhece que precisa atuar para além delas. Assim, parece que a educação se coloca como o algo a mais, o que falta, para se garantir a permanência das famílias no meio rural, especialmente dos jovens, que são aqueles que podem garantir a sucessão, a continuidade da produção material, da cultura e da vida neste meio. Isso se sintetiza na ideia da entidade de que a educação/formação não abarca todo o processo de transformação social, mas pode contribuir com este.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Em chão onde se planta educação colhe-se Terra Solidária.”

(FETRAF-SUL/CUT; ESCOLA SINDICAL SUL; DESER, 2002, p. 11).

A reivindicação da Fetraf-Sul/CUT por uma “escola do campo” demonstra a importância dos movimentos sociais camponeses no sentido de incidirem sobre a estrutura do Estado e as políticas públicas, chamando a atenção para o fato de que, a despeito da legislação – como a LDB (BRASIL, 1996) e as Diretrizes para a Educação Básica do Campo (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2002, 2003) – o Estado não tem contemplado historicamente as especificidades da educação dos povos

do campo. Por isso, estes movimentos têm cumprido o papel político de colocar em pauta na sociedade brasileira a necessidade deste segmento populacional pressionar o Estado para o cumprimento do já legalmente previsto, conquistar avanços na legislação para a educação do campo e de exigir da academia a produção de conhecimentos que dialoguem com essa realidade

A concepção da Fetraf-Sul/CUT não separa educação e formação e explicita que a entidade tem um projeto político-pedagógico, de desenvolvimento rural e de sociedade transformador das atuais condições do capitalismo, priorizando os/as agricultores/as familiares e, entre eles/as as lideranças sindicais, o que explicita que além da formação profissional, o processo educativo deve ser instrumento de formação para a atuação político-sindical.

Os últimos três mandatos do governo federal têm prioritariamente proposto, e isso já é um enorme e importante avanço, políticas voltadas à produção econômica. Em relação às políticas sociais, especificamente as do campo da educação, do ponto de vista dos movimentos sociais elas têm sido insuficientes e mesmo as existentes são implementadas de forma pouca articulada com as outras políticas sociais e as econômicas.

Consideramos que a conjugação de políticas econômicas e sociais, em uma perspectiva intersetorial, visa à atenção às famílias agricultoras como sujeitos de direito, que são multifacetados, visando à igualdade social, construída a partir do respeito à diversidade que existe entre os membros de cada família e entre todas elas, e combatendo a pobreza, o envelhecimento e a masculinização da população rural. Evidencia-se, assim, o caráter de inclusão social, via eliminação da desigualdade, das discriminações e dos preconceitos sociais.

A Educação do Campo é uma produção que se dá tanto nos movimentos sociais quanto na academia, com múltiplos protagonistas que interagem entre si, como bem pontua Souza (2010). O ensejo deste trabalho foi o de colaborar com este projeto de formação e educação para a transformação social.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. Educação do campo: o que temos a aprender. **Presença Pedagógica**, Belo Horizonte, v. 15, n. 90, p. 36-41, nov./dez. 2009.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 20 mar. 2015.

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. **Currículo sem Fronteiras**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 60-81, jan./jun. 2003. Disponível em:
<<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/roseli2.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

_____. **Sobre Educação do Campo**: campo, política pública e educação. Brasília: NEAD, 2008. (Coleção por uma educação do campo, 7).

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do

Campo. Brasília, 2002. Disponível em: <
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012002.pdf> >. Acesso em: 15 mar. 2015.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008**. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Brasília, 2008. Disponível em: <
http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/rceb002_08.pdf >. Acesso em: 13 mar. 2015.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UnB, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (Org.). **Por uma educação básica do campo**: texto-base da Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo. Brasília: Ed. UnB, 1998.

FETRAF-SUL/CUT. **Tese do II Congresso da Fetraf-Sul/CUT**: consolidando a agricultura familiar. A ousadia na luta e na organização construindo um novo desenvolvimento. Chapecó: Fetraf-Sul/CUT, 2007.

_____. **3º Congresso da Fetraf-Sul/CUT**: agricultura familiar: alimento e vida para o Brasil: documento base. Chapecó: Fetraf-Sul/CUT, 2010.

FETRAF-SUL/CUT; ESCOLA SINDICAL SUL; DESER. **Terra Solidária**: projeto político-pedagógico. Chapecó: Fetraf-Sul/CUT, 2001.

_____. **Sistematização e avaliação do Projeto Terra Solidária**. Chapecó: Fetraf-Sul/CUT, 2002.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

GUHUR, Dominique Michèle Periotto; SILVA, Irizelda Martins de Souza e. Educação do campo: primeiras aproximações. **Roteiro**, Joaçaba, v. 34, n. 2, p. 129-144, jul./dez. 2009.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salette (Org.). **Educação do Campo**: identidade e políticas públicas. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. (Coleção por uma educação do campo, 4).

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MOLINA, Mônica Castagna. Cultivando princípios, conceitos e práticas. **Presença Pedagógica**, Belo Horizonte, v. 15, n. 88, p. 30-36, jul./ago. 2009.

MUNARIM, Antônio. Trajetória do movimento nacional de educação do campo no Brasil. **Educação**, Santa Maria, v. 33, n. 1, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce/revce/2008/01/a4.htm>>. Acesso em: 01 mar. 2015.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007.

SANTOS, Franciele Soares dos. Educação do campo e educação urbana: aproximações e rupturas. **Educere et Educare Revista de Educação**, Cascavel, v. 1, n. 1, p. 69-72, jan./jun. 2006.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação e movimentos sociais do campo**: a produção do conhecimento no período de 1987-2007. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

XXX. Políticas públicas de educação para os/as agricultores/as familiares: um diálogo entre a Fetraf-Sul/CUT e o Estado. 2013. 230 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.